

## GÊNESE E EVOLUÇÃO DO PROBLEMA AGRÁRIO BRASILEIRO

*Introdução.* — Há quem duvide da própria existência de um problema agrário no Brasil, tendo em vista a posição do nosso país na produção agropecuária mundial. Argumenta-se assim: Não pode existir um *problema agrário* num país que é o primeiro produtor mundial de café, banana e mandioca; que ocupa o 2.º lugar entre os países produtores de açúcar e de laranjas; o 3.º lugar como produtor de cacau, algodão, soja e de efetivo do rebanho suíno; o 4.º produtor de milho e criador de bovinos. Na produção de primenta-do-reino ocupa o 5.º lugar e na do arroz, o 7.º; mas estas posições mais modestas alcançam algum significado quando se considera que o Brasil, relativamente a ambas, é o maior produtor, fora do Extremo Oriente.

Dispondo de uma vasta superfície, de dimensões continentais, com amplos espaços vazios, haveria sempre áreas livres para quem quisesse dedicar-se ao cultivo da terra ou à criação.

Resta portanto esta pergunta liminar: existe um *problema agrário* brasileiro?

Ora, quem conhece a questão sabe que a existência de um problema agrário independe da área do país. Tanto é assim que, no após-guerra, nações de áreas tão díspares como a China e a Itália fizeram reformas agrárias. Também não é a produção agropastoril que determina a existência ou não de um problema agrário; mas sim, antes de tudo, a resposta a esta pergunta: Qual é a situação do *homem rural* no contexto sócio-econômico do país? O problema é pois, em sua essência, uma questão sociológica, a qual, na ciência econômica, vai

refletir-se sobretudo na distribuição da renda e na dimensão do mercado interno.

*Marcha do povoamento.* — Não obstante, nem todos os sociólogos concordam com a existência de tal problema no Brasil. Numa obra que foi *best seller* na década de 1950, VIANNA MOOG, em seu livro *Bandeirantes e Pioneiros*, traçou um quadro comparativo entre a civilização norte-americana e a brasileira, chegando a conclusões muito favoráveis a nós. Baseou-se esse autor em aspectos psico-sociais relativamente favoráveis ao Brasil, como a atenuação do preconceito racial do mazombo, e também em aspectos psicanalíticos, como o espantoso depoimento do relatório Kinsey (a respeito da masculinidade do homem médio norte-americano), que tanto escândalo provocou, naquela época, nos Estados Unidos e no resto do mundo.

Os argumentos psicanalíticos não parecem, até hoje, muito válidos para comparar civilizações. Além disso, o livro não gasta uma página sequer para explicar por que os Estados Unidos alcançaram o nível de desenvolvimento e o progresso material invejáveis que desfrutaram, enquanto o Brasil, com área equivalente, procura até agora superar o atraso em que permaneceu.

O motivo pelo qual o referido autor chegou a conclusões tão distantes da realidade do mundo de hoje está no fato de que faltaram, no seu livro, dois aspectos fundamentais para a comparação entre as civilizações norte-americana e brasileira, que serão resumidos abaixo.

1.º — Quando, após os grandes descobrimentos, as potências européias organizaram a economia mundial em seu favor, o Brasil, como país tropical, foi estruturado como «colônia de exploração», isto é, fornecedor de alimentos e produtos primários que a Europa não possuía: açúcar, ouro, algodão e, mais tarde, café, cacau etc. Os Estados Unidos, país temperado, não podiam inicialmente concorrer com a produção agrícola da Europa nesse mercado. Sua ocupação foi, por isso, feita por colonos descontentes, rechaçados do meio rural inglês por uma «reforma agrária», em que a nobreza dividiu as terras, antes cultivadas por servos, e formou pastos limitados por cercas vivas (os *enclosures*), a fim de vender

lã para as manufaturas. O sul da chamada Nova Inglaterra, submetido a um clima subtropical, foi ocupado por *plantations* de algodão e de fumo. A emigração das ilhas britânicas foi ainda reforçada pela reforma religiosa; por isso, muita gente veio também para a América por convicções filosóficas, disposta a criar uma nova sociedade, simples, mais de acordo com os ideais bíblicos: eram os «peregrinos» (*pilgrims*). Assim, os Estados Unidos foram sobretudo, desde o seu início, uma «colônia de povoamento».

2.º — O Brasil era habitado por indígenas que ainda estavam na idade da pedra polida; nessas condições, ofereceram uma resistência dispersa e esporádica aos invasores brancos. Além disso, valendo-se do fato de que os espanhóis, embora mais poderosos, estavam com seus interesses voltados para a mineração do ouro e da prata, nos Andes, os portugueses e luso-brasileiros procuraram expandir ao máximo a área por eles ocupada. Daí resultou um povoamento descontínuo e espalhado; as terras eram doadas em imensas glebas, pelo rei de Portugal, a súbditos que alegavam tê-las valorizado ou prestado serviços relevantes à Coroa. Era a «lei das sesmarias»; na maioria das vezes, o beneficiado não conhecia sequer os limites dos terrenos que tinha recebido. Em consequência, teve o Brasil um povoamento descontínuo e espalhado, como «ilhas» de população, dispersas num «oceano» vazio. As maiores densidades demográficas se encontravam, no final do século XVIII, nas áreas de mineração e de engenhos de açúcar (fig. 1). Graças a isso, contudo, já por aquela época tinham os luso-brasileiros instalações permanentes de população a oeste do centro do continente sul-americano, que se situa em Cuiabá: era na região aurífera da Vila Bela do Mato Grosso, no vale do Guaporé.

Os norte-americanos, ao contrário, encontraram logo nos Apalaches grupos indígenas mais adiantados e mais aguerridos, que em breve tempo se organizaram numa aliança militar (a «liga Mohawk»), e opuseram tenaz resistência à expansão do povoamento branco. Este ficou então confinado, até o fim do século XVIII, à costa oriental e ao Piedmont, com densidades demográficas relativamente elevadas. A oeste, um pequeno agrupamento isolado, no vale do Ohio, cultivava milho

para fabricar «brandy», em condições modestas e precárias de existência (fig. 2).

Ao norte do rio Potomac, as terras eram fracionadas em pequenas propriedades de tipo familiar, pertencentes a

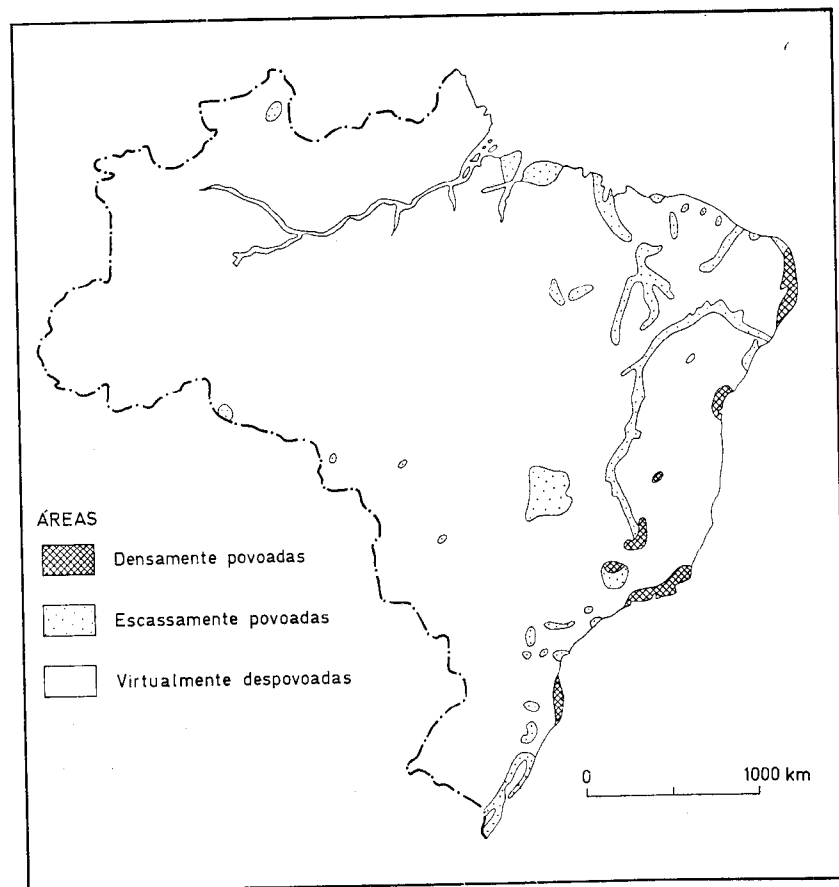


Fig. 1 — Mapa das áreas povoadas do Brasil, no final do séc. XVIII.

agricultores livres, contrastando com as grandes unidades das *plantations* escravocratas do sul.

Quando, vencidas as linhas de defesa indígenas, o povoamento branco se espalhou pelo vale do Mississippi, o *Homestead Act*, no terceiro quartel do século XIX, veio consagrar o princípio do acesso à terra pelas famílias dos imigrantes, que afluíam em massa da Europa (da Alemanha principalmente),

conturbada pelas lutas e idéias liberais. As planícies centrais dos Estados Unidos foram assim ocupadas por vagas sucessivas de povoamento que iam empurrando a frente pioneira para

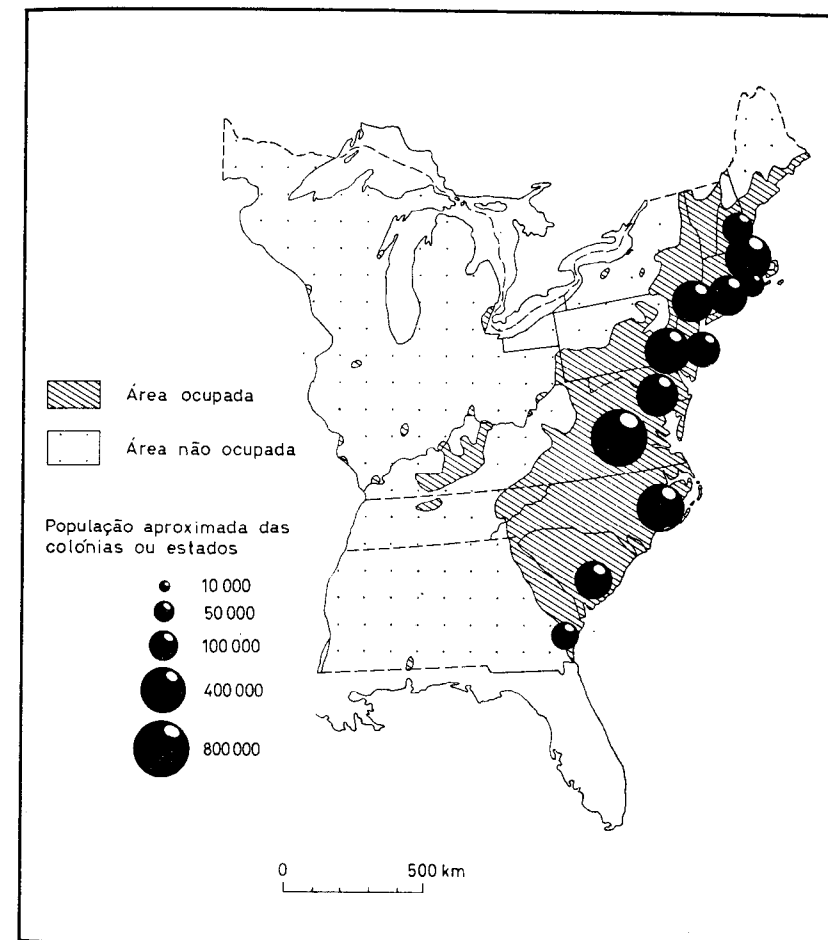


Fig. 2 — Mapa das áreas povoadas dos E. U. A., no final do séc. XVIII.

oeste, de maneira contínua e inexorável, até o meridiano 100°W Gr. Mais tarde, os povoadores saltaram a barreira dos desertos, para ocupar a franja húmida da costa do Pacífico, atraídos pela mineração do ouro na Califórnia. Mas, até onde o povoamento se processou de maneira contínua em solos férteis, o espaço foi sendo rapidamente organizado e o fácil

acesso a mercados com poder aquisitivo elevado trouxe rápida prosperidade aos lavradores. A melhoria das técnicas de armazenagem e de transporte, no último quartel do século XIX, bem como a mecanização das lavouras, permitiu aos Estados Unidos lançar grandes excedentes de cereais e carnes na Europa ocidental, a preços competitivos. Muito diferente, sem dúvida, teria sido a história econômica daquele país, se o Sul escravocrata tivesse vencido a Guerra de Secessão.

No Brasil, as grandes distâncias, a falta de importantes mercados internos, a economia escravagista e, conseqüentemente, a falta de industrialização, constituíram obstáculos intransponíveis ao nosso desenvolvimento.

*Estruturação fundiária e formas de economia.* — A evolução histórica das propriedades rurais no Brasil seguiu algumas diretrizes, que são abaixo discriminadas:

a) As melhores terras e mais acessíveis foram ocupadas por *plantations* tropicais <sup>(1)</sup>. Dessa maneira, as terras de matas da fachada atlântica, desde o cabo São Roque (Rio Grande do Norte) até São Vicente (São Paulo), cederam lugar a engenhos de açúcar e, mais tarde, a fazendas de café no vale do Paraíba, e fazendas de cacau, no sul da Bahia. Segundo DEFFONTAINES <sup>(2)</sup>, mais do que com suas árvores, a mata atlântica contribuiu com seus solos para o progresso agrícola do país, até o fim do século XIX.

b) No interior, pastos naturais de cerrados e caatingas eram aproveitados para a criação extensiva de bovinos, os quais eram vendidos vivos e tocados a pé para os principais centros do país.

Paralelamente a essa atividade, faziam-se culturas de subsistência em terras de mata, pelo sistema de roças. Uma população miserável e instável de peões, parceiros e posseiros

<sup>(1)</sup> O Autor define como *plantation* um grande estabelecimento simultaneamente agrícola e industrial que, com grande emprego de capital e de mão-de-obra, vende um produto agrícola de grande demanda, industrializado ou semi-industrializado, para os grandes mercados (O. VALVERDE — «Caractéristiques et Tendances des Plantations Brésiliennes», *Travaux et Docs. de Géog. Trop.*, n.º 11, p. 47-116, 7 mapas + 9 fotos + bibl.

<sup>(2)</sup> P. DEFFONTAINES — «A Floresta a Serviço do Homem, no Brasil», *Bol. Geogr.*, III, n.º 28, jul. 1945, p. 561-8.

delas dependia, deslocando-se constantemente, em busca de novas terras virgens ou novos horizontes de trabalho.

c) Somente a partir do século XIX foram instaladas no Brasil colônias de pequenos proprietários, em regiões que não interessavam aos latifúndios: em terras florestais e acidentadas, com difícil acesso aos mercados (como em Petrópolis, Nova Friburgo e sul do Espírito Santo) ou fora dos trópicos (como nos Estados sulistas).

Além de sua situação periférica, marginal em relação à organização do espaço econômico brasileiro daquela época, as principais áreas de pequenas propriedades rurais estavam sujeitas a ataques de índios ferozes, como os Aimorés, do Espírito Santo, e os Coroados, do planalto Meridional. No Sul do Brasil também havia o perigo de envolvimento nas lutas militares do Prata, conforme efetivamente ocorreu com os colonos açorianos do Rio Grande e de Santa Catarina.

d) Ao norte estendia-se a vasta área da floresta amazônica, equivalente a quase metade da área total do país, deixada como reserva para a coleta comercial de produtos da selva, as chamadas «drogas do sertão», exportadas para os grandes mercados externos: borracha, castanha-do-pará, óleo de copaíba, essência de murumuru etc.

*Organização atual dos espaços rurais.* — Essa organização do espaço, que os brasileiros herdaram dos tempos coloniais, conservou-se com algumas modificações até nossos dias, e serve para explicar o mapa das formas de economia do Brasil, aqui apresentado em esboço preliminar (fig. 3).

A área indicada no mapa como de «agropecuária mercantil» é, na realidade, o esteio fundamental da economia rural brasileira. Desde a 2.ª Guerra mundial até agora, essa área tem crescido, seja em detrimento da área de «pecuária tradicional», através do plantio de pastos e seleção de gado, seja em detrimento do domínio das *plantations*, tanto através de diversificação de cultivos, verificada nos cafezais do planalto paulista e norte-paranaense, como pela expansão das invernadas, conforme se observou no oeste de São Paulo e em Sergipe.

A circunstância de ter crescido a área de «agropecuária mercantil» não significa predominar nela um regime de pleno

emprego. É claro que, onde ele se expandiu em áreas antes ocupadas por fazendas tradicionais de criação, empregando o sistema de livre pastoreio em pastos brutos, a densidade de população rural aumentou, em virtude da abertura de novos horizontes de trabalho. A revisão de cercas, queima e trato do pasto, vacinação, distribuição de sal, cuidados com vacas e bezerros envolvem efetivamente muito mais mão-de-obra do que a criação deixada à lei da natureza. Essa mudança se observou recentemente em lugares como na Belém-Brasília, de Porangatu (Goiás) para o sul; em Montes Claros (Minas Gerais) e em Itapetinga (Bahia).

Em compensação, onde quer que se tenham instalado invernadas substituindo antigas *plantations*, deu-se uma forte liberação de mão-de-obra. Isso ocorreu em Sergipe, de onde os trabalhadores migraram para a Zona Cacaueira do sul da Bahia ou para a periferia de cidades daquele Estado, como Aracaju, Itabaiana e Lagarto, quando não vieram para o Sudeste. Por sua vez, no oeste de São Paulo, quando os fazendeiros da Alta Araraquarense e da Noroeste arrancaram seus cafezais e fizeram plantar pastos, embora partes destes tenham sido arrendados a lavradores de algodão, arroz ou batatas, houve também um acentuado esvaziamento do meio rural.

A simples evolução do sistema agrícola, pela qual as fazendas de café do planalto paulista e do Norte do Paraná perderam o seu caráter de *plantations*, através da diversificação de cultivos (as *plantations* são essencialmente monocultoras), reduziu muito suas necessidades de mão-de-obra. Realmente, o antigo «mar de café», cujas fileiras se perdiam de vista sobre os espigões planos, exigiam imensos contingentes de trabalhadores, raras vezes plenamente conseguidos, para tratar e colher as centenas de milhares ou milhões de pés, em cultura exclusiva. Era portanto um sistema agrícola intensivo, tanto de trabalho como de capital. Os novos cafezais, de acordo com a técnica preconizada pelo Instituto Agrônomo de Campinas, têm 35 a 40 mil pés, em culturas terraceadas (em curvas de nível), adubadas e irrigadas. A quantidade de máquinas, adubos e implementos para irrigar acarretam uma aplicação intensiva de capitais, mas um pequeno reforço no efetivo da mão-de-obra é suficiente para colher apenas

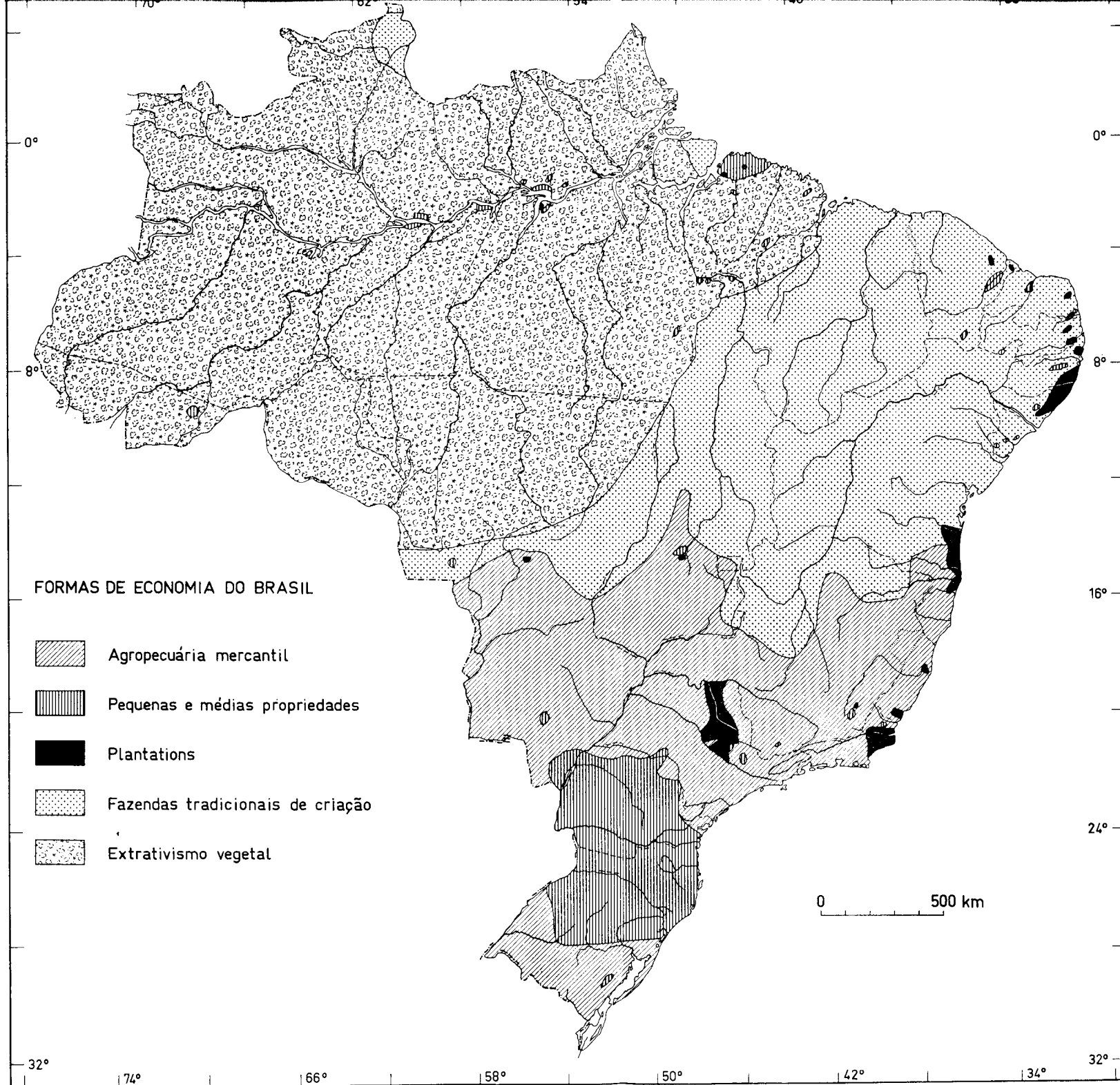


Fig. 3 — Mapa das formas de economia do Brasil.

os grãos de café maduros, na época da safra. Houve portanto uma redução nos efetivos de mão-de-obra agrícola, em todas as regiões cafeeiras onde se operou esse câmbio de técnicas.

É verdade que a redução em área das *plantations* de café foi, em grande parte, compensada pela expansão de *plantations* de outros produtos. As usinas de açúcar são exemplos disso: no Nordeste localizam-se nos vales do Ceará-Mirim e do Jacu, no Rio Grande do Norte; na Paraíba, a velha zona açucareira do baixo Paraíba do Norte foi reforçada com o desenvolvimento das usinas do Brejo (Santa Maria, Tanque), desde a decadência da lavoura de sisal. Em Pernambuco, a faixa de canaviais se estende, com curtas interrupções, desde o vale do Goiana, no norte, penetrando ao sul em cunha, para o interior, até Catende. Prolonga-se pelas Alagoas até perto de Penedo, atrás da fímbria litorânea de coqueirais. No Recôncavo baiano, a pequena área de usinas do município de Santo Amaro não pôde ampliar-se, por causa da grande valorização das terras e da mão-de-obra, decorrente da exploração do petróleo. Também os canaviais de Campos não se ampliaram, por falta de investimentos, mas, ao contrário, retraíram-se nos seus prolongamentos mais próximos ao Grande Rio de Janeiro, em Tanguá e Sampaio Corrêa, cujas usinas foram vendidas, em consequência da especulação imobiliária. Já no sul do Espírito Santo, os canaviais de usinas se ampliaram muito, em Cachoeiro do Itapemirim, porém nada comparável à enorme expansão observada no planalto paulista: não só vastas áreas de terras roxas cansadas, antes cobertas de cafezais, como as de Ribeirão Preto, Araraquara, Mineiros, Dois Córregos e Jaú, estão hoje sob o tapete verde claro dos canaviais, como também solos pobres da Depressão Periférica, outrora largados à pecuária extensiva, como os de Leme, Araras e Moji-Guaçu. O cerne da economia açucareira paulista, situado na região de Piracicaba, estende-se hoje por uma faixa quase contínua, até a margem esquerda do rio Grande, em Igarapava. No Paraná de após-guerra, à velha usina de Morretes, perto da costa, acrescentaram-se novos e grandiosos estabelecimentos agro-industriais no norte do Estado, como as usinas de Bandeirantes e Porecatu. Em Santa Catarina, a produção açucareira do vale do Tijucas é agora reforçada pela de novas usinas no baixo vale do Itajaí. Também

Minas, agora, não produz açúcar somente na Zona da Mata, nas áreas de Visconde do Rio Branco e Ponte Nova; também em Lagoa da Prata, no alto S. Francisco, assim como no sul da Mantiqueira, perto da divisa de S. Paulo, em Passos, Guaxupé e Campo do Meio funcionam novas usinas. A distribuição do produto no Brasil centro-ocidental tem sido facilitada, nas últimas décadas, por usinas modernas, instaladas em Ceres (Goiás) e em Jaciara (Mato Grosso).

É claro que tão expressiva ampliação do parque açucareiro do Brasil abriu oportunidades de trabalho para grandes contingentes de trabalhadores rurais; mas o valor dessas oportunidades é muito limitado, visto que para os trabalhadores do setor agrícola as usinas não oferecem emprego permanente. Na entressafra, eles são despedidos em massa, de forma que a mão-de-obra das regiões açucareiras vive, na maioria, em regime de sub-emprego (trabalho sazonal). Em consequência, eles migram com facilidade, sempre que divisam uma possibilidade de trabalhar em outras regiões do país.

A Zona Cacaueira do sul da Bahia aumentou também sua produção, em decorrência da elevação dos preços do cacau, em anos recentes; porém, esse aumento resultou muito mais de uma renovação nos cacauais velhos que de um aumento da área cultivada. Houve, sim, ligeira expansão deles, que beneficiou igualmente o Espírito Santo, no baixo rio Doce (município de Linhares). Essa modificação na economia do cacau não foi, contudo, suficiente para estancar a grande instabilidade da população rural e da periferia dos núcleos dessa região. Já os cacauais das várzeas do Amazonas continuam em decadência, acentuada ademais pelas enchentes devastadoras do Rio-Mar.

A economia de *plantations* não vicejou na Amazônia como nos trópicos asiáticos, não só por problemas técnicos, como a incidência do fungo *Dothidella ulei* nos seringais cultivados, mas sobretudo pela carência de mão-de-obra. Assim, tanto o seringal da Goodyear em Anhangá, o da Pirelli em Ananindeua, tal como o da Bahia, nas divisas dos municípios de Ituberá e Camamu, da Firestone, vegetam em condições mais ou menos precárias. Isso para não mencionar o seringal de Belterra, que é muito mais uma repartição pública. Mais facilmente a forma econômica da *plantation* se firmou em

regiões semiáridas do Agreste e do Sertão nordestinos, como as *plantations* de tomate de Pesqueira (PE), as de abacaxi, de Sapê (PB) e as de caju no leste do Ceará. Embora aplicando sistemas agrícolas racionais e intensivos, estas *plantations* são modernas apenas no sentido técnico da palavra, porque as condições de trabalho, além de sazonais, são infra-humanas. Salários, habitações, vestuário, horário de trabalho, higiene, equivalem perfeitamente às condições reinantes nos países mais atrasados. As *plantations* encerram geralmente, no plano social, tudo aquilo que se pretende superar, quando se realiza uma reforma agrária.

Fora das áreas de predomínio das *plantations*, mas ainda no âmbito das propriedades dedicadas à agropecuária mercantil, prevalecem as grandes fazendas, umas dando ênfase à criação de gado de corte, como na Campanha gaúcha, no Pantanal de Mato Grosso, no vale do rio Doce, no nordeste de Minas Gerais e no Espírito Santo. Ao contrário, porém, do que vulgarmente se pensa, empregam-se em todas essas regiões sistemas pastoris extensivos. O gado é raceado: Hereford, na Campanha; zebu (principalmente o Nellore) nas demais áreas. Os pastos são nativos, tanto na Campanha como no Pantanal; nas outras partes são subespontâneos, com predomínio do jaraguá ou do colômbio. Os pastos são divididos por cercas de arame farpado; sem embargo, a quase totalidade dos criadores ainda queima anualmente as pastagens. Tais práticas exigem muito pouca mão-de-obra; por isso, as densidades de população permanecem baixas: menos de 1 hab/km<sup>2</sup> em Corumbá (Pantanal), município que possui o rebanho mais numeroso do Brasil. O Espírito Santo, que teve outrora uma ativa franja pioneira de pequenos proprietários<sup>(3)</sup>, é hoje um Estado de emigração; as pequenas propriedades são

(3) P. DEFFONTAINES — «Ensaio de Divisões Regionais e Estudo de uma Civilização Pioneira». *Bol. Geogr.*, II, n.º 19, out. 1944, p. 985-999.

E. WAGEMANN — *A Colonização Alemã no Espírito Santo*. 104 p., 2 mapas, bibl. Trad. de R. Sant'Ana. Serv. Gráf. IBGE, Rio, 1949.

G. GIEMSA & E. G. NAUK — «Uma Viagem de Estudos ao Espírito Santo». *Bol. Geogr.*, VIII, n.º 88, jul. 1950, p. 451-470.

W. A. EGLER — «A Zona Pioneira ao Norte do Rio Doce». *Rev. Bras. Geog.*, XIII, n.º 2, abr.-jun. 1951, p. 223-264, 17 fig. + 1 mapa + bibl.



adquiridas em número de 3, 5 ou mais, reunidas numa só propriedade pastoril <sup>(4)</sup>.

Densidades de população rural tão rarefeitas não figuram nos mapas da Campanha gaúcha, porque, em regra, os estancieiros reservam a exploração das sangas e vales maiores a culturas de arroz de brejo, em exploração direta, ou mais comumente, em arrendamento. Junta-se então nesses vales uma população rural mais elevada, compensando, em parte, os amplos espaços vazios das áreas de pastoreio.

No oeste paulista, nos vales do Triângulo Mineiro, no sul e centro de Goiás até Porangatu, cria-se gado zebu, também em pastos de colômbio ou jaraguá, aplicando-se um sistema rotativo de culturas e pastagens (*field-grass system*). Campos de arroz sequeiro, arados e fertilizados com adubo químico, são cultivados pelos sitiantes, em valorização direta; os fazendeiros, às vezes, arrendam essas áreas para lavoura, em contratos trienais. Findo o prazo de cultivo, a área é devolvida em pasto formado e uma nova área é sujeita a semelhante arrendamento. Faz-se assim uma renovação da pastagem, dando lucros para o dono da terra. No planalto paulista, o mesmo sistema agrícola é empregado também para a produção de algodão e batata inglesa. Este sistema agrícola foi capaz de manter densidades demográficas razoáveis, naquelas áreas em que predominam propriedades pequenas e médias, como sucede na Alta Sorocabana e Alta Paulista, bem como em Ceres, no Mato Grosso de Goiás.

A vasta área de planaltos subtropicais que se estende desde as duas citadas regiões de São Paulo até a encosta do planalto sul-riograndense é ocupada principalmente por pequenas propriedades rurais. Aí também tiveram origem várias indústrias, em antigas colônias alemãs e italianas, que evoluíram de pequenos estabelecimentos artesanais, valendo-se da mão-de-obra qualificada dos colonos. Foi o que se passou em Blumenau, Caxias do Sul e muitos outros centros. Esse maciço domínio das pequenas propriedades tomou maior impulso a partir de meados da década de 1950, quando boas estradas de rodagem o ligaram aos grandes mercados do

<sup>(4)</sup> O. VALVERDE — *Os Distritos Meridionais de Colatina*. Serv. Soc. Rural, Estudo n.º 1, 45 p., Rio, 1960.

Sudeste. O Sul é, hoje em dia, o celeiro do Brasil, graças às suas elevadas produções de milho, arroz, feijão, batatas, trigo, óleos vegetais (de soja, algodão, amendoim), vinhos, carne, cebola etc. Segundo o censo agrícola de 1970, o Sul tem a maior área cultivada, embora seja a menor das macro-regiões oficialmente reconhecidas pelo IBGE.

Era de se supor que essa região não tivesse nenhum problema agrário sério a encarar; entretanto, as famílias descendentes dos colonos das áreas de povoamento mais antigo, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, migram para o oeste deste Estado, o sudoeste e oeste do Paraná, alcançando o norte deste último e também o sul de Mato Grosso. Aqui e no oeste paranaense, os colonos pioneiros aproveitaram o surto da rotação trigo-soja para expandir suas lavouras.

As dificuldades de comercialização e quedas de preço do café vieram complicar a situação criada pelos fazendeiros e sitiantes do Norte do Paraná e do planalto paulista, que se recusaram a contratar seus antigos colonos como mensalistas e com direito a 13.º salário, conforme prescreve o Estatuto do Trabalhador Rural, vigorante desde 1967. Em consequência, os empregados rurais foram despedidos em massa e reduzidos à condição de «bóias-frias», isto é, diaristas eventuais sem contrato, equivalentes portanto aos biscateiros urbanos. Segundo notícia publicada no Rio <sup>(5)</sup>, após as geadas que sobrevieram em Julho de 1975, os fazendeiros do Norte do Paraná resolveram arrancar  $\frac{2}{3}$  dos cafezais prejudicados pelo fenômeno, dedicando-se à cultura rotativa de soja-trigo. Avalia-se então em 800 000 o número de desempregados existentes somente no Paraná, porque essas culturas, sendo mecanizadas, absorvem contingentes muito mais restritos de mão-de-obra do que os cafezais. Esses excedentes se localizam portanto, em número muito superior a um milhão, em cidades do norte do Paraná (Londrina, Apucarana, Maringá), do sul de Mato Grosso (Dourados, Campo Grande), da Alta Sorocabana, Alta Paulista, Noroeste e outras antigas zonas cafeeiras paulistas, convertidas para a cultura da soja. Mesmo o avançado parque industrial deste Estado não é capaz de absorver tanta mão-de-obra.

<sup>(5)</sup> *Jornal do Brasil*, de 9-11-75.

A linha separatriz entre o domínio das pequenas propriedades e o das grandes, nunca teve, no Brasil, o papel relevante da sua homóloga nos Estados Unidos — a linha Mason-Dixon —, porque os latifundiários sempre dirigiram a nossa política e, hoje em dia, se confundem com os capitães de indústria. Há, em anos recentes, um açambarcamento de terras virgens (nem sempre devolutas) da mata amazônica por grandes sociedades anônimas, segundo veremos adiante.

Em todo o Brasil tropical, as pequenas propriedades, nem sempre com títulos legitimados, estão extremamente dispersas, em pequenos redutos, como «ilhas» num oceano de latifúndios. Entre esses redutos, são dignos de nota: em São Paulo, a área frutícola de Jundiá-Louveira-Valinhos, entre aquela cidade e Campinas; em torno desta última, várias antigas colônias emancipadas, bem como outras áreas de colonização espalhadas no planalto, como Santo Anastácio, Arpad e Varpa; os numerosos loteamentos que ocuparam a Alta Sorocabana e Alta Paulista envolveram também muitas propriedades médias<sup>(6)</sup>. Em Mato Grosso, a área de Iguatemi, no sul do Estado, não constitui propriamente uma «ilha», já que fica adjacente às colônias sulistas; mas Dourados, onde também cultivam, além do café, trigo e soja, em rotação de culturas, fica isolada. No vale do Jauru, a oeste, migrantes capixabas e mineiros se dedicam à cultura do arroz. O município de Ceres, no Mato Grosso de Goiás, é o mais importante reduto de pequenas propriedades neste Estado. Além dele, somente áreas restritas, ocupadas por posseiros, no vale de Santa Teresa (Trombas e Formoso) ou no município de Araguatins, no extremo norte, têm alguma significação.

Em Minas, são bem conhecidas duas áreas de pequenas propriedades: uma, em Ubá e arredores (Tocantins, Guidoal), com culturas de fumo; outra, em Maria da Fé, com lavouras de batata inglesa, ambas com rotação de culturas. O Estado do Rio, tradicionalmente latifundiário, conta com duas áreas relativamente pequenas e quase desconhecidas, embora de fácil acesso: a dos tabuleiros de Bom Jesus do Itabapoana,

(6) Entende-se aqui a «propriedade média» no seu sentido social, isto é, aquela que, sem ter grandes dimensões, exige o emprego permanente de mão-de-obra estranha à família do dono da terra.

com muitas roças de mandioca (para fazer farinha), e a de Bacaxá, com pomares de limão.

A oeste do Recôncavo, no vale do Cachoeira (Bahia), uma área produtora de fumo para charutos, abrangendo os municípios de S. Félix, Cachoeira, Cruz das Almas e Maragojipe, sustenta uma rede de minifúndios, com densidades demográficas acima de 120 hab/km<sup>2</sup>, onde vive uma população com níveis de vida baixíssimos. Em outras pequenas áreas, também no Nordeste, acotovela-se uma densa população rural, em minifúndios, debatendo-se em precárias condições de vida. Assim se passa em certas partes do Agreste alagoano, como em Arapiraca (produtora de fumo); do pernambucano, como na área de Sanharó e Gravatá, bem como no Brejo do Triunfo, no Sertão; em Nísia Floresta e em trechos da várzea do Açu, no Rio Grande do Norte; no baixo Jaguaribe e em Barbalha, esta no Cariri cearense.

A própria Amazônia conta com semelhantes «ilhas», resultantes, umas, da realização de planos de colonização; outras, de migrações espontâneas de posseiros ou antigos seringueiros. A área mais vasta cuja ocupação derivou de antigas colônias, que datam do final do século XIX, é a região Bragantina, a leste de Belém. Essa região, que abastece a capital paraense de carvão vegetal, lenha e farinha de mandioca, produz também pimenta-do-reino e fibra de malva, assim como frutas, oriundas estas de sítios de lazer, pertencentes a famílias abastadas e de classe média superior. Hoje em dia, em virtude do esgotamento dos solos, a Bragantina e o Salgado são regiões de emigração, e suas densidades de população rural alcançam até 15 hab/km<sup>2</sup>.

Imitando planos de colonização de Estados sulistas, como o Paraná, o governo paraense, durante o período áureo da borracha, criou outras colônias com elementos nordestinos, próximas aos principais centros: Mojuí dos Campos, perto de Santarém; Dois Galhos, Mulatas, Camburão, na área de Óbidos, Alenquer e Monte Alegre, bem como entre Altamira e o porto de Vitória, no vale do Xingu.

Logo após a 2.<sup>a</sup> Guerra mundial, trabalhadores que tinham sido mobilizados para a «batalha da borracha» foram localizados no Núcleo Colonial Presidente Dutra, em Iata, perto de Guajará-Mirim (Rondônia), ao passo que outros se instalaram

primeiro como posseiros e tiveram depois suas colônias reconhecidas e organizadas no Acre: nos antigos seringais Empresa e Panorama, perto de Rio Branco, e no Japiim, perto de Cruzeiro do Sul. O governo organizou, perto de Manaus, a colônia Efigênio Sales, com agricultores japoneses, que abastecem a capital com produtos horti-granjeiros e frutas. Outros seringueiros de origem nordestina, antes instalados nos vales do Juruá, Purus e Madeira, migraram no após-guerra para as várzeas do médio Amazonas, a fim de cultivar juta, em pequenas posses em diversos paranás, como os do Barroso, da Eva, do Arauató, do Ramos, no Estado do Amazonas; de Juruti, do Surubiaçu, no Pará. Formam um *habitat* linear disperso, com elevadas densidades de população rural, mas com níveis de vida muito baixos. Como devem passar três meses por ano mergulhados na água até a cintura, de sol a sol, na época do corte da juta, é comum serem atacados de reumatismo deformante, após uns 4 anos de trabalho.

A partir da década de 1960 começaram então diversos órgãos do governo a organizar colônias destinadas a fixar maior número de migrantes nordestinos: a COLONE, atuando no noroeste do Maranhão, é uma empresa subordinada à SUDENE; a COMARCO, instalada em Buriticupu, na rodovia BR-222, é uma empresa estatal pertencente ao governo do Maranhão. Mas a grande experiência de colonização em massa na região Norte foi feita pelo INCRA, de 1971 em diante, com a ocupação da Transamazônica, desde Marabá até Itaituba. Essa iniciativa, que absorveu praticamente todas as actividades daquele serviço federal, colocou, ao longo da rodovia, grande contingente de colonos nacionais: somente entre o Tocantins e o Xingu foram instaladas, em lotes de 100 hectares, mais de 3000 famílias. Contudo, verifica-se neste ambicioso plano uma extrema mobilidade da população: famílias instaladas deixam os seus lotes, e são substituídas por outras, recém-chegadas. A principal lavoura comercial de todas essas colônias é o arroz.

Desde a abertura da Belém-Brasília incrementou-se a penetração de posseiros na floresta amazônica. Transpondo aquela rodovia em Goiás, povoadores vindos do Maranhão, Piauí, Bahia e outros Estados do Nordeste, bem como de Minas Gerais e do próprio Goiás, penetraram para o vale do Araguaia, cultivando roças de arroz. Atrás deles, bandos

armados por grileiros expulsaram-nos das terras e derrubaram os espécimes de mogno, que se concentravam nas matas daquela região. Atualmente, aglomerados numerosos de posseiros se encontram ainda a oeste do Araguaia e ao sul da Transamazônica, em Palestina e São Domingos do Araguaia, mas o processo de sua expulsão continua, seja através das compras das benfeitorias, seja por medidas judiciais ou por violências. No Pará, grandes contingentes de posseiros cruzaram o Guamá para o sul, fixando-se temporariamente, sobretudo em Capitão Poço e ao norte do município de Paragominas. Eram nordestinos ou descendentes destes, antes fixados na Bragantina, que passaram a se dedicar à cultura da malva, pelo sistema de roças (<sup>1</sup>). Constituíam um denso povoamento, ao longo das principais estradas; porém, hoje em dia, foram os posseiros, em sua maioria, rechaçados destas faixas de acesso fácil, indo eles desbravar novas matas mais afastadas das artérias rodoviárias.

O processo de desbravamento e posterior expulsão dos posseiros continua igualmente até os dias de hoje, ao longo da PA-70. Esta estrada se bifurca da Belém-Brasília junto ao limite do Pará com o Maranhão, cruza o Tocantins em Marabá e penetra para o sul daquele Estado até além de Redenção.

Resumindo o que se expôs sobre a colonização da Amazônia, espontânea ou planejada, deve-se concluir que, na maioria dos casos, não foi ela capaz de fixar o homem ao solo, gerou níveis de vida extremamente baixos, enquanto os posseiros têm sido utilizados apenas como desbravadores gratuitos e, pouco depois, expulsos de suas terras.

As pequenas propriedades rurais no Brasil não foram portanto capazes de estabilizar os agricultores em suas terras, nem de proporcionar-lhes níveis de vida decentes, exceto em partes do planalto do Sul do Brasil. A instabilidade dos posseiros na Amazônia foi recentemente acentuada pela nova política de ocupação da hiléia por «projetos agropecuários», financiados pela SUDAM, em favor de grandes empresas estrangeiras ou nacionais do Sudeste. Esses «projetos», na

(<sup>1</sup>) Uma análise desse povoamento foi feita no livro *A Rodovia Belém-Brasília. Estudo de Geografia Regional*, de O. VALVERDE & C. V. DIAS. Rio, IBGE, 1968.

realidade, de «agro» têm apenas o nome; devastam imensas glebas, sem que tenha havido, até agora, possibilidade de controle pela SUDAM, que permite a derrubada somente até 50 % da área beneficiada pelo financiamento. Plantam pastagens de colômbio ou jaraguá e criam gado zebu em livre pastoreio (sem cercas). Os trabalhadores mobilizados na devastação da floresta são contratados por empreiteiros e depois despedidos em massa. Na atividade pastoril, 5 ou 6 vaqueiros podem cuidar, com esse sistema, de um rebanho tendo até 1000 cabeças. Para agravar a situação dos trabalhadores, numa ou noutra atividade, os patrões das fazendas distantes das rodovias frequentemente não lhes pagam. Eles são aliciados por «gatos» nos locais onde se encontram e, depois de instalados na fazenda, reduzidos à condição de escravos, sob a vigia de jagunços do patrão. Os «projetos agropecuários» têm-se localizado, de preferência, no sul da Amazônia, numa área em forma de crescente, desde a Belém-Brasília, ao sul do Guamá, até o Território de Rondônia.

Entre o domínio da agropecuária mercantil e a hiléia amazônica onde, em área, ainda prevalece o extrativismo vegetal, estende-se, no Brasil central, no Sertão do Nordeste e no Meio Norte (Maranhão e Piauí), a região das grandes fazendas pastoris, cuja renda deriva exclusivamente da venda de gado em pé. Os animais são criados em pastos brutos não cercados, com diferentes graus de cruzamento do zebu com pé-duro. Os tratos dos bovinos se restringem quase somente à queima periódica dos pastos, à ferra e à distribuição de sal (esta, excetuando o sertão do Nordeste e do Meio Norte, onde o gado lambe o sal nos «barreiros»).

Os agricultores fazem culturas temporárias, principalmente de mandioca, milho e feijão, pelo sistema de roças, em regime de parceria com o dono da terra, prevalecendo a meação. As roças são cercadas. Após a colheita, as roças de algodão perene são abertas para que o gado do patrão lhes coma as folhas. Os vaqueiros, espécie de administradores das fazendas, recebem pelo regime da «sorte», isto é, uma de cada 4 até 7 crias novas, por ano. À medida que a raça do gado se apura ou as fazendas se tornam mais acessíveis aos mercados, diminui a fração das reses novas que cabem ao vaqueiro. Em compensação, não fica este obrigado a dar

nenhuma parcela do leite, que ordenha para o consumo de sua família, ou das roças que ele cultivava. Os gastos em dinheiro pelo fazendeiro é que são reduzidos ao mínimo, sendo poucos os vaqueiros que recebem uma quantia fixa mensal, como salário, embora modesta. É nestas fazendas pré-capitalistas que as condições coloniais de vida estão quase perfeitamente preservadas.

Na selva amazônica, os seringais silvestres entraram em decadência desde a 1.<sup>a</sup> Guerra mundial; os castanhais, desde a década de 1960. Muito afastados dos centros de comércio, recebiam eles, por via fluvial, os «aviamentos» (alimentos, utensílios, vestuários, remédios etc.), e por aí mesmo escoavam sua produção de «pelas» de borracha ou castanhas-do-pará. Seringueiros e castanheiros contraíam, de início, uma dívida, desde o momento em que eram instalados em sua «colocação». No «barracão» ficavam, na prática, obrigados a se abastecer o tempo todo, sempre a preços exorbitantes, enquanto a sua produção era ali mesmo contabilizada a preço vil. Reina, assim, nesses estabelecimentos, uma verdadeira servidão econômica.

Nos seringais e castanhais próximos aos grandes eixos rodoviários, os trabalhadores rurais entram em contacto com motoristas de caminhão e, após algum intercâmbio comercial, às vezes por simples troca, planejam uma fuga, com a família, na calada da noite, deixando a «colocação» vazia. Nos grandes vales seringueiros do Juruá, Purus e Madeira, perto da Transamazônica (Acre e Médio Madeira), a migração se processa para as margens da citada rodovia.

A conclusão geral sobre a marcha do povoamento brasileiro é de que esta resultou de constantes históricas, tais como: nomadismo e miséria da população rural sem terra, assim como carestia de alimentos nos centros urbanos. Este último aspecto é a tese desenvolvida na obra de SEBASTIÃO FERREIRA SOARES, *Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil*, publicada em 1860, a qual atribui, com certa propriedade, a causa daqueles males ao regime escravocrata. É preciso, no entanto, compreender que o Brasil tropical foi submetido a essa estrutura em função dos interesses das grandes potências do passado, conforme foi apontado acima.

*Tentativas de melhoria do meio rural.* — Em geral, os leigos que reconhecem a existência de um problema agrário no Brasil, mas nunca se detiveram na análise da questão, apontam suas causas em defeitos de superestrutura. Há, por exemplo, quem a encare como um problema educacional. Com essa filosofia, foram criados, a partir da década de 1950, órgãos governamentais, como a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), subordinada ao Ministério da Educação. Procuraram seus técnicos e administradores mais clarividentes seguir uma orientação não paternalista, por meio de técnicas de *educação de base*, ministradas por grupos chamados de «missões rurais», compostos de agrônomo ou técnico agrícola, médico, enfermeira e assistente social. Além disso, estes técnicos procuravam descobrir líderes de comunidade, com cuja colaboração a atuação deles se fazia mais proveitosa. Depois de alguns anos de experiências, pôde-se chegar à conclusão de que os ensinamentos proporcionados pelas missões só modificaram os hábitos e condições inferiores da comunidade aonde havia uma estrutura agrária favorável. Nunca foi suficiente, porém, para generalizar sistemas agrícolas mais racionais e intensivos em grandes áreas, e muito menos fazer recuar as divisas dos latifúndios.

Com orientação semelhante foi, mais tarde, criado o Serviço Social Rural, apenas com maiores verbas e maiores ambições. O SSR passou a chamar-se sucessivamente Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), denominação esta que mantém até hoje, mas dedicando-se exclusivamente à colonização.

Uma campanha intensiva de educação elementar foi desfechada, desde 1968, pelo Ministério da Educação, através do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), mas, apesar dos investimentos maciços, os seus resultados parecem estar muito abaixo das expectativas. Que poderá interessar aos senhores de terras se os seus trabalhadores sabem ou não ler e escrever? Ademais, para as camadas pobres de trabalhadores livres — posseiros e pequenos proprietários — há necessidades mais prementes que a alfabetização, como: comer, morar e vestir.

A partir do *slogan* inventado por Miguel Couto, de que «o Brasil é um vasto hospital», não são poucos os leigos que afirmam ser pobre o interior do país porque sua população — especialmente a população rural — não goza de saúde. A fraqueza e as moléstias são apenas facetas de um fenômeno mais amplo, que é a miséria. Falta de higiene, má alimentação, habitação e vestuário precários, ignorância, são outros aspectos a ela entrelaçados. De que valerá atacar apenas um só setor? Se o governo resolver fazer grandes investimentos em assistência médico-hospitalar, nem assim resolverá o problema agrário. É certo que, com isso, ocorrerão dois fenômenos: será incentivada a migração rural-urbana e, no fim de um certo tempo, as verbas destinadas a esse tipo de assistência estarão esgotadas.

Num plano cultural e político ainda mais modesto, as críticas à situação no campo se limitam a invectivas contra o governo. Mas que governo? o atual? o passado? os passados? Se todos têm culpa, esta não é de ninguém. Na realidade, essa não é uma atitude positiva. Examinando imparcialmente, alguns governos têm feito vultosos investimentos em obras assistenciais para determinadas regiões do Brasil. Na década de 1920, o governo Epitácio Pessoa criou a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), que depois passou a chamar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Esse Departamento realizou no Sertão do Nordeste um colossal programa de construção de açudes; mas, não tendo tido a precaução, nem poderes, de desapropriar previamente a área alagada e circunvizinhas, beneficiou apenas, com os dinheiros públicos, um número muito restrito de fazendeiros. Houve numerosos casos de latifundiários que ganharam muito, vendendo água para os pequenos lavradores que não tinham acesso direto às águas, nos seus pequenos sítios. Quando, na primeira metade da década de 1950, a Comissão Nacional de Política Agrária elaborou um projecto de lei tornando obrigatória a desapropriação das bacias de irrigação dos grandes açudes públicos, foi a medida postergada até o final do mesmo decênio.

Nos decênios de 1920 e 1930, a área da Baixada Fluminense drenada e saneada pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) equivaleu a cinco vezes a área saneada

pelo governo fascista italiano no Agro Pontino, obra que serviu a intensa propaganda da administração de Mussolini. Porém, diga-se a verdade: enquanto na Itália houve desapropriação prévia das terras e depois se fez uma colonização, embora obediente a critérios ideológicos, na Baixada Fluminense os únicos que realmente lucraram com as obras do governo foram os grandes proprietários e firmas imobiliárias do Rio, que passaram a especular sobre as terras assim valorizadas.

No pós-guerra, o governo federal, preocupado com as discrepâncias regionais no caminho do desenvolvimento e desperto para os modestos resultados colhidos pelos planejamentos setoriais, voltou-se para uma política de desenvolvimento regional. A cargo de órgãos sediados nas próprias regiões. Assim, foi criada em 1953 a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), hoje denominada SUDAM e, na mesma década, a SUDENE, para o Nordeste; no decênio seguinte foram fundadas a SUDECO e a SUDESUL, respectivamente para o Centro-Oeste e o Sul do Brasil. Não há dúvida de que os investimentos aplicados por esses organismos, segundo planos previamente elaborados, trouxeram benefícios para as macro-regiões respectivas; porém, isso se faz sentir particularmente nos quadros urbanos, através da implantação de indústrias; nenhum deles ousou tocar na estrutura agrária e apenas a SUDENE iniciou um plano de colonização, restrito ao noroeste maranhense.

*Análises quantitativas.*—A resumida análise apresentada acima localizou áreas onde o problema agrário se manifesta — e estas abrangem quase todo o país —, com populações rurais sem terra, desempregadas, migrantes e com níveis de vida miseráveis. Não apontou, entretanto, mesmo em grandes números, os aspectos quantitativos do problema. O primeiro tratamento científico desta questão foi feito em 1950 pelo Laboratório de Estatística do IBGE, sob a orientação do Prof. GIORGIO MORTARA<sup>(8)</sup>. Nesta análise crítica dos resultados do *Censo Agropecuário* de 1940, fez o autor uma com-

<sup>(8)</sup> G. MORTARA — *A Estrutura da Economia Agropecuária do Brasil*. IBGE-CNE, 61 p., Rio, 1950.

paração dos seus dados fundamentais com os da França, que tinha, naquela época, uma população equivalente à do nosso país (França: 40 milhões de hab.; Brasil: 41 milhões), e com os dos Estados Unidos, com equivalência de área. Essa comparação é sintetizada na tabela abaixo (tab. I).

TABELA I

Estrutura agrária do Brasil, da França e dos EUA em 1940

	Brasil	França	EUA
Área dos estabelecimentos rurais (em milhões de hectares) .....	200	53	429
Área dos estabelecimentos, em percentagem do território nacional (%) .....	23,36	96,6	55,7
Área média dos estabelecimentos rurais (em hectares) .....	103,8	9,5	70,4
Valor total da produção agropecuária (em milhões de Cr\$ da época, isto é, mil réis)	8 *	62	156
Valor da produção, por hectare/ano (em Cr\$ da época, i. e., mil réis) .....	40 *	1 160	360
Valor da produção por pessoa/ano (em Cr\$ da época = mil réis) .....	756 *	8 750	14 000

\* Valor excessivamente baixo, por temor dos declarantes à incidência de impostos.

Daí se deduz toda uma série de informações fundamentais.

Sendo o Brasil um país 15 vezes maior que a França, a área ocupada pelos seus estabelecimentos rurais, recenseados em 1940, correspondia apenas a 4 vezes a dos desse país; era, no entanto, inferior à metade da área dos estabelecimentos rurais dos Estados Unidos, apesar da vasta superfície abrangida pelos desertos, a sudoeste daquela nação. Menos da quarta parte da superfície do Brasil era ocupada pelos estabelecimentos rurais, ao passo que na França restavam provavelmente fora dela apenas as áreas urbanas e de estradas. Mesmo com os seus desertos, os EUA tinham mais da metade do território apropriado em estabelecimentos rurais. Embora a área média dos estabelecimentos seja um dado que, isolado, exprime muito pouco, visto que pode misturar valores muito díspares, é significativo o fato de que no Brasil, país típico

de latifúndios, o valor da mencionada área tenha sido superior a 100 hectares, e a França, país de pequenas propriedades, não chegasse sequer a 10.

Conforme foi observado ao pé da tabela I, os dados brasileiros sobre valor de produção foram minimizados, por temor aos impostos (até então, os latifundiários não estavam acostumados a pagar nenhum imposto, a não ser quando vendiam um imóvel). Não obstante, mesmo duplicando aqueles números, pode-se verificar como são modestos os citados valores. O valor total da nossa produção agropecuária era, em 1940, umas 8 vezes mais baixo que o da França e cerca de 20 vezes menor que o dos Estados Unidos. No valor da produção por unidade de superfície, o do Brasil era 29 vezes menor que o da França, país típico de agricultura intensiva, e 9 vezes mais baixo que o dos Estados Unidos. Mas quanto à produção por pessoa permanentemente ocupada, a lavoura norte-americana, altamente mecanizada, valia 18,5 vezes mais que a do Brasil, a qual valia ainda 11,5 vezes menos que a da França.

Isto é uma miniatura fiel do nosso subdesenvolvimento rural. A validade atual dessas conclusões pode, no entanto, ser posta em dúvida, já que, de 35 anos para cá, inúmeros técnicos têm apregoado as nossas espetaculares realizações no campo econômico. A evolução do problema agrário brasileiro pode ser assim configurada nos últimos censos decenais (tab. II).

A tabela acima revela que houve, de fato, uma certa evolução no panorama agrário nacional no após-guerra, porém muito menos expressiva do que a industrialização. Houve uma expansão da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, que envolvem hoje mais de  $\frac{1}{3}$  da superfície do país; cresceu a população rural ocupada e aumentou também a área cultivada, tanto a total como por estabelecimento. Por outro lado, diminuiu a área média dos estabelecimentos rurais, assim como o pessoal ocupado por estabelecimento (o que permite presumir um efeito da mecanização).

Não nos devemos encher, entretanto, de um orgulho ilusório. Apesar da retração do tamanho médio das propriedades rurais, a análise por classes de áreas comprova ter havido efetivamente uma acentuada concentração fundiária. Para quem conhece as condições objetivas do interior bra-

TABELA II

Evolução do problema agrário brasileiro

	1940	1950	1960	1970
Número de estabelecimentos rurais (em milhares) .....	1 900	2 000	3 350	4 900
Área total dos estabelecimentos rurais (em milhões ha) .....	200	232	265	293
Área total dos estabelecimentos, em percent. do territ. bras. (%) .....	23,4	27	31,2	34,4
Pop. permanentemente ocupada (em milhões de pessoas) .....	10,5	11	15,6	18,15
Pessoal ocupado/estab. rural .....	5,5	5,2	4,6	3,7
Área média dos establs. rurais (em hectares) .....	103,8	116	79	59,4
Área cultivada (em milhões ha) .....		19	29,76	34
Porcent. área cultiv./estab. rural (%)		8,2	11,2	11,6

sileiro, as classes de áreas apresentam uma correspondência com certos regimes de propriedade. Por exemplo: entre 0 e 10 hectares de superfície estão, em regra, compreendidos os minifúndios, isto é, pequenas propriedades antieconômicas. É verdade que, perto dos grandes centros, há pequenas unidades, produzindo horti-granjeiros, que ficam envolvidas nessa categoria; não é, porém, de forma alguma, a maioria dos casos. De 10 a 100 hectares devem estar englobadas as pequenas propriedades, de tipo familiar, desde as do planalto meridional até as da rodovia Transamazônica. De 100 a 500 hectares já devem ser consideradas, em geral, propriedades médias, porque, dado o baixo nível de mecanização da nossa agricultura, os responsáveis por esses estabelecimentos precisarão apelar para mão-de-obra estranha à família, em caráter permanente. De 500 a 1000 hectares, os estabelecimentos já devem ser considerados grandes, e os de 1000 hectares ou mais já entram no conceito de muito grandes, ou melhor, de latifúndios, pois mesmo as maiores *plantations* do Brasil não são capazes de manter áreas tão vastas em exploração.

Aceitas essas premissas, deve-se levar em consideração que, em 1950, 32 678 estabelecimentos rurais, com mais de

1000 hectares cada um, ocupavam, ao todo, 108 102 270 hectares, isto é, 1,6 % do total dos estabelecimentos abrangiam 46,5 % da área recenseada. Já em 1970, os latifúndios eram em número maior: 37 163, ocupando também um pouco mais de área: 114 828 680 hectares, que representavam porcentagem ligeiramente mais reduzida da área total dos estabelecimentos: 39 %; mas equivaliam a apenas 0,75 % do número de estabelecimentos rurais! Em contrapartida, em 1950 os estabelecimentos com menos de 10 hectares eram 711 000, correspondentes a 35 % do número total deles, porém abarcando somente 1,3 % da área total dos estabelecimentos agropecuários. Em 1970, os minifúndios tinham proliferado para 2 500 000 e abrangiam 3,1 % da área total dos estabelecimentos. Semelhante evolução na malha fundiária, ocorrida em nada mais que 20 anos, evidencia uma forte concentração da propriedade, característica de uma crise agrária, e comprova, ao mesmo tempo, que o minifúndio é um subproduto do latifúndio. Se este fenômeno não beneficiou a população rural, tampouco veio em proveito puro e simples da agricultura, visto que a porcentagem de terras cultivadas, em relação com a área total dos estabelecimentos agropecuários, permaneceu muito baixa: em 1960 era de 11,2 %; em 1970 equivalia a 11,6 %. Entretanto, os Estados Unidos têm uma área cultivada correspondente a 40 % da superfície total de seus estabelecimentos.

Estabelecendo-se a relação percentual entre a área de lavouras e a área total das principais classes de estabelecimentos agropecuários, no censo de 1970, chega-se a resultados muito expressivos (tab. III):

TABELA III

Relação entre áreas em lavouras e dos estabelecimentos rurais

Classes de áreas dos estabelecimentos	Porcentagem utilizada em lavouras (%)
Menos de 10 hectares .....	65,5
de 10 a 100 hectares .....	26,1
de 100 a 200 hectares .....	11,4
de 200 a 500 hectares .....	8,6
de 500 a 1 000 hectares .....	6,6
de 1 000 a 10 000 hectares .....	3,2
mais de 10 000 hectares .....	0,6

Verifica-se, por essa tabela, que os minifúndios aproveitam, em média, com lavouras,  $\frac{2}{3}$  de suas áreas; as pequenas propriedades utilizam  $\frac{1}{4}$ ; as propriedades médias cultivam  $\frac{1}{5}$ ; as grandes, uns 7 %, e os latifúndios, perto de 4 % apenas. Juntando-se numa só estas duas últimas categorias, vê-se que as grandes unidades aproveitam somente 10 % de sua área, em média. É curioso o decréscimo relativo da utilização agrícola, à medida que cresce a área do estabelecimento. Esse aspecto deixa manifesto o fato de que o latifúndio brasileiro conserva sua tradição mediterrânea, de grande domínio improdutivo.

Comumente, os adversários da idéia de uma reforma agrária alegam que o governo só deveria começá-la após ter feito essa reforma em suas próprias terras. Mas, na realidade, o governo não sabe as terras que possui, e muito menos os seus limites. Um levantamento especialmente efetuado pelo IBGE em 1960, por encomenda da SUPRA, revelou que o governo possuiria então menos de 1,7 milhões de hectares, ou seja, 0,63 % da superfície total dos estabelecimentos recenseados naquele ano. Além disso, excluídos os estabelecimentos militares, estavam eles situados em regiões longínquas.

Na tabela II vê-se como o meio rural brasileiro está sendo esvaziado, de maneira gradual mas segura: de 5,5 pessoas ocupadas por estabelecimento, em média, em 1940, passamos a somente 3,7, no censo de 1970. A despeito do substancial aumento relativo do número de tratores empregados na agricultura, não se pode, de modo algum, atribuir o êxodo rural à mecanização, porque o nível absoluto dela é ainda extremamente baixo, no Brasil (tab. IV):

TABELA IV

Número de tratores na agricultura brasileira

Ano	N.º de tratores
1950	8 370
1960	61 345
1970	157 346



Se esse parque de tratores estivesse igualmente distribuído e atendesse a todos os cultivos, ficariam 216 hectares a cargo de cada um. Não é esse, porém, o caso real, porque 77 %, isto é, 121 417 tratores estão localizados em três Estados brasileiros: São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Se a causa básica do êxodo rural fosse a mecanização, não haveria o protesto dos fazendeiros pela «falta de braços». Enquanto isso, as cidades, em particular as metrópoles, incham com o afluxo para as favelas.

Não há outra explicação aceitável para o êxodo rural brasileiro senão as condições econômicas e sociais desfavoráveis, reinantes no campo. Embora com erros sistemáticos, os dados censitários de 1970 dão uma idéia da situação ali existente. A população brasileira era então de 93 000 000 hab.; destes, 41 milhões viviam no meio rural, ou sejam 44 %. Mas este valor é mais elevado, porquanto foi considerada urbana a população de todas as sedes de município, o que não corresponde à realidade. Desse total, 18,2 milhões estão engajados em atividades rurais, ou melhor, 44 % dos habitantes do campo. O número de estabelecimentos agropecuários cujos responsáveis eram os respectivos proprietários elevava-se a 3,1 milhões. É claro que este número supera o dos proprietários, pois muitos deles possuirão mais de um estabelecimento; contudo, não sendo especificado o verdadeiro número de proprietários rurais no censo, tomaremos aquele, com as devidas reservas. Assim, subtraindo-se o mesmo dos 18,2 milhões da população rural ativa, encontrar-se-ão mais de 15,1 milhões de trabalhadores rurais sem terra. Esse efetivo é superior à população total de qualquer país da América do Sul, exceto a da Argentina.

Nas atividades rurais ainda preponderam no Brasil formas precapitalistas de relações de trabalho, como a parceria, geralmente sob a forma de meia ou terça. O cambão, vulgar no Nordeste, pode ser encontrado até em lugares do Estado do Rio de Janeiro. Ele equivale à corvéia, que é um certo número obrigatório de dias semanais de trabalho gratuito, a ser prestado pelo agricultor ao dono da terra, como condição para permanecer na propriedade. Daí as denominações dadas a este trabalhador em certas partes do Nordeste: «condiceiro», «morador de condição» e «morador de sujeição». O cambão

pode ser disfarçado por um pagamento de diárias mais baratas, nos dias da obrigatoriedade. A corvéia foi abolida na França em 1789, com a Revolução Francesa.

Complementando o oligopólio da propriedade da terra ocorrem, nas propriedades situadas em áreas afastadas das principais vias de transporte: o monopólio do comércio pelo dono da terra, através do «barracão»; o monopólio da moeda, pelo sistema de vales; o monopólio da justiça, por meio da polícia privada, composta de jagunços, sustentados pelo patrão. Os «projetos agropecuários» da SUDAM provocaram um recrudescimento dessas formas de exploração do trabalho humano (9).

Possuindo o Brasil dimensões continentais, é claro que em outras regiões ocorre um desenvolvimento capitalista nas atividades agrícolas, como: nos cafezais de São Paulo e Norte do Paraná; nas culturas de trigo e soja, dos Estados sulistas; nas de arroz, do Rio Grande do Sul e do Triângulo Mineiro. Mas a predominância de uma estrutura agrária obsoleta, no conjunto do Brasil, repercute não só na pequena área cultivada como também na sobrevivência de sistemas agropastoris extensivos, como o de roças e o livre pastoreio. Em consequência, os nossos rendimentos médios na agricultura são lamentavelmente baixos (tab. v):

TABELA V

Rendimentos médios dos principais produtos alimentares no Brasil e no mundo, em 1972  
(quintais métricos/hectares)

Produto	Mundo	Brasil	O maior do mundo	
			Rendimento	País
Arroz	22,5	14,6	64,4	Austrália
Batata	126,7	66,0	375,9	Holanda
Milho	27,8	13,8	60,8	Estados Unidos
Trigo	16,3	8,0	46,6	Holanda

Fonte: *Anuário da F. A. O.*

(9) O. VALVERDE — «A Situação do Trabalhador Nordestino na Amazônia Atual». *A Amazônia Brasileira em Foco*, n.º 7, p. 17-33, jan.-jun. 1972, Rio, Comiss. Nac. de Defesa e pelo Desenvolv. da Amazônia.

*Conclusões.* — Em conclusão, os defeitos estruturais da economia rural brasileira têm suas origens históricas na sua orientação fundamental para o mercado externo. Dela derivam: a instabilidade dos preços, que escapam ao nosso controle; a instabilidade da produção, bem como as dificuldades do abastecimento interno.

Após uma tentativa governamental de impor melhores relações de trabalho, através do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1968, os donos de terras reagiram drasticamente, despedindo em massa, no Sudeste do Brasil, mais de um milhão de trabalhadores, que foram reduzidos à situação marginal de diaristas eventuais, sem contrato escrito e habitando na periferia das cidades. São os «bóias-frias».

Parece portanto pouco provável que venha a ocorrer uma melhoria na questão agrária do Brasil em futuro próximo, quando a falta de divisas induz o governo a persistir em incentivos à agricultura voltada para a exportação, sem cogitar de um fortalecimento do mercado interno, através de uma reforma agrária. Mantém-se, assim, a linha tradicional da nossa política agrária. Ao mesmo tempo, a tremenda elevação dos preços dos imóveis, desde a queda brusca dos títulos na Bolsa em 1971, torna inviáveis quaisquer projetos de desapropriação pelo «justo valor».

Os aumentos no volume da produção agrícola do Brasil devem resultar sobretudo da ampliação da área cultivada ou, conjuntamente, de condições meteorológicas favoráveis. Enquanto isso, permanecem muito baixas as condições de habitação, alimentação, vestuário, educação e higiene da grande massa da população rural brasileira, cuja aparência deplorável é até injustamente ridicularizada. Paralelamente, continua sem solução o problema das favelas nos grandes centros urbanos.

ORLANDO VALVERDE

#### RESUME

*Genèse et évolution du problème agraire brésilien.* L'auteur considère qu'il existe un problème agraire au Brésil, bien que sa production agraire et pastorale soit très importante sur le plan mondial. Ce qui détermine, en effet, l'existence d'un problème agraire n'est pas le volume

de la production nationale mais la situation des ruraux relativement au contexte socio-économique du pays.

L'étude comparée de l'évolution du peuplement aux Etats-Unis et au Brésil montre que si les premiers ont été une *colonie de peuplement*, le Brésil a été une *colonie d'exploitation*.

Les indigènes brésiliens étant fort primitifs, la pénétration des luso-brésiliens fut relativement facile; d'où les caractéristiques de la structure économique résultante: de grandes distances, un marché intérieur insuffisant, l'esclavage, fort peu d'industrialisation. Les terres les meilleures et les plus accessibles furent occupées par des plantations tropicales, de canne à sucre d'abord, plus tard de café et de cacao. Dans l'intérieur, où la végétation était moins dense, on pratiquait l'élevage extensif des bovins, complété par des cultures de subsistance sur brûlis. Les régions forestières du Sud du Brésil, au climat subtropical, et celles de l'Etat de Espírito Santo, peuplées par les féroces Indiens Aimorés, n'intéressaient pas les latifundiaires, ce qui permit leur occupation par de petits propriétaires européens. Les autres régions de petite propriété rurale se dispersent à travers le pays comme des «îles» au milieu de l'Océan des *latifundia*.

La forêt amazonienne est au Nord le domaine de la cueillette (*extrativismo vegetal*).

La principale modification que la carte des formes d'économie rurale du Brésil enregistre de nos jours est le constant élargissement de la zone d'élevage commercial associé à l'agriculture (*agropecuária mercantil*), aux dépens des espaces voués aux plantations et à l'élevage traditionnel. Le système de rotation entre les cultures et les pâturages (*field-grass system*) atteint déjà le centre-sud de l'Etat de Goiás et le nord de celui de Minas; la rotation blé-soja, originaire du Sud, a déjà envahi le Mato Grosso méridional. Au fur et à mesure que les grands axes routiers atteignent l'Amazonie ils y provoquent la décadence de la cueillette forestière du latex et des noix du Pará.

La récente pénétration du capitalisme dans le monde rural brésilien n'a pas amélioré les conditions de vie des travailleurs. Pour échapper à l'application des lois du travail, les grands propriétaires les expulsent de leurs terres, les réduisant ainsi à la situation de journaliers occasionnels (*bóias-frias*), qui s'agglomèrent à la périphérie des centres urbains. Ils sont plus d'un million.

Les tentatives antérieures du Gouvernement Fédéral pour résoudre le problème agraire, grâce à des campagnes d'éducation, d'hygiène, d'irrigation ou de planification régionale, ont toutes été inefficaces.

La comparaison entre la structure agraire du Brésil, de la France et des Etats Unis, réalisée en 1940 par l'Institut Brésilien de Géographie et de Statistique (IBGE), avait mis en évidence le sous-développement rural brésilien. Depuis, les recensements décennaux indiquent un remarquable élargissement des surfaces appropriées et cultivées, une certaine mécanisation, mais la concentration de la propriété se maintient.

Alors que le Brésil est un des grands fournisseurs mondiaux de produits alimentaires, il est surprenant que les rendements moyens y

soient généralement inférieurs aux rendements moyens mondiaux. L'augmentation de la production agricole et pastorale brésilienne résulte en effet surtout de l'augmentation des surfaces utilisées.

Entre temps, l'exode rural engendre les *favelas* urbaines, tandis que les conditions d'habitat, d'alimentation, d'habillement et d'hygiène des campagnes demeurent déplorables.

#### SUMMARY

*Genesis and evolution of the Brazilian agrarian problem.* In spite of being Brazil an outstanding agricultural country, it faces an agrarian problem. This one does not depend on the bulk of production but rather on the stand of rural workers in the social-economic structure.

Comparing the march of settlement in USA and Brazil, the author comes to the conclusion that the former was a *settlement colony* while the latter was an *exploitation colony*.

As the Brazilian Indians were technically very backward, land occupation by Luso-Brazilians was relatively easy. The following economic structure came out as a result: long distances, lack of home markets, slavery and a low level of industrialisation. The more fertile and accessible lands were taken by tropical plantations, producing earlier sugar and later coffee and cocoa. Farther inland, with open vegetation cover, land was occupied by extensive cattle raising supplemented with shifting cultivation for subsistence. The forest lands of South Brazil with a subtropical climate, and those of Espírito Santo inhabited by the wild Aimoré Indians were left to be settled by Europeans small farmers, because the big landowners were not interested on them. Other homestead areas are scattered all over the country as «islands» in a latifundia sea.

In the Amazon jungle, to the North, a gathering economy prevails.

On the map of present land economic forms of Brazil the greatest change to be observed is the progressive development of the cashcrop belt against the area of plantations and traditional cattle ranches. The field-grass system, for example, reaches already center-south Goiás and north Minas Gerais; wheat-soybeans rotation, coming from South Brazil, has invaded South Mato Grosso. The opening of long road axis in the Amazon caused the decay of rubber and Brazil nut gathering economy.

Recent penetration of capitalism in rural Brazil did not improve although living conditions of laborers. To avoid the application of labor laws landlords sent them out from their estates. They became «*bóias-frias*» (literally «cold meals»), i. e., eventual daily laborers, living in town surroundings. They are more than 1,000,000 people.

Former attempts carried on by Federal Government to solve agrarian issue by campaigns of education, sanitation, irrigation projects, and regional planning were useless.

The comparison between agrarian structures of Brazil, France, and USA, done by IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics)

in 1940, put on evidence rural backwardness of the former. From then on, according to the decennial censuses, there has been remarkable expansion of landownership and cropland areas, some increase of farming machinery, but land concentration remained stable.

As a large world food producer, it is amazing as Brazil keeps usually lower yields per acre than the world average. The rise of Brazilian agricultural production has depended basically on the increase of crop land.

In parallel, rural exodus forms slums around cities and towns, while in rural areas facilities for living, food, clothing, education, and hygiene are deplorable.